

**EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS E ACAPAMENTOS
RURAIS: O PRONERA**

Robinson Janes

Eixo 4 - Políticas de formação de professores
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária [PRONERA] é uma parceria estratégica entre o governo federal, as universidades e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo de estímulo à educação, em todos os níveis, nos assentamentos de reforma agrária. O objetivo central deste programa é o de fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Os objetivos específicos se desmembram em quatro: 1) desenvolver um Projeto Nacional de educação de Jovens e Adultos [EJA], incluindo a formação e a escolarização; 2) oferecer formação continuada e escolarização (média e superior) aos educadores (as) do ensino fundamental; 3) oferecer formação técnico-profissional com ênfase nas áreas de produção e administração rural e 4) produzir materiais didáticos pedagógicos, em todas as áreas. O projeto foi desenvolvido no Estado de São Paulo em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]. Esse trabalho foi desenvolvido durante um período de dois anos iniciais do projeto. Concluimos, afirmando que ações entre governo e movimento sociais do campo devem ser um dos pilares para a reforma no campo.

EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS E ACAPAMENTOS RURAIS: O PRONERA

Robinson Janes¹. Docente da Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” – UNESP - Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC, Campus de
Marília.

Introdução

A questão política no campo, no Brasil, está intrinsecamente ligada à questão da propriedade da terra, do conflito entre a propriedade capitalista e os regimes alternativos de propriedade que nascem de sua crise. Na cidade e no campo, a luta principal dos trabalhadores é contra a exploração capitalista, mas os encontros são diferentes.

A situação no campo e as lutas que lá ocorrem e já ocorreram, nas últimas décadas, têm sido tema de estudos que denunciam a enorme violência de que são vítimas os trabalhadores rurais e também os povos indígenas. Longas listas de trabalhadores assassinados, famílias expulsas violentamente, casas e roças incendiadas, fazem parte de denúncias feitas pela igreja, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos, redes sociais, etc.

Existe uma guerra latente, mas mantida em silêncio pelos subalternos, talvez pela própria história de opressão, onde foram obrigados a criar toda uma simbologia de resistência, que as elites muitas vezes não conseguem perceber. No campo, na guerrilha silenciosa da desobediência, velha arma dos desvalidos, e da proclamação dos direitos, que desmoraliza o mando de quem tem sobre quem carece, os pobres definem uma nova moral. É a moral dos excluídos, resgatada a partir da perspectiva e da experiência de vida dos que sofrem a primeira privação de tudo: de terra, de casa, de trabalho, de respeito e de saber. Essa moral proclama a esperança e a alegria, mesmo na luta, resultando daí, possivelmente, o seu caráter revolucionário.

O acesso à terra por parte dos pobres e marginalizados é instrumento de libertação, apenas na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundiária, que tem na renda da terra a sustentação da sua dominação política iníqua, retrógrada e antidemocrática, fonte do inacreditável atraso deste país do futuro, que acumula riqueza e, em escala maior, acumula misérias de toda ordem. Na verdade, o discurso libertador continua separado da prática libertadora, mas nem por isso os trabalhadores rurais deixam de anunciar na suas lutas, assim como os poetas da terra não

deixam de cantar em seus versos e rimas, que o tempo de sujeição está vencido (Martins, 1989).

Abramovay, teórico da questão agrária e da educação popular no meio rural, por meio de análises comparativas entre o Brasil e vários países, defende que a pequena propriedade ou a propriedade familiar é um fator importante para o desenvolvimento do campo. Em todos os países em que a agricultura não apenas desenvolveu, mas contribuiu de maneira importante para a distribuição da renda nacional, as unidades familiares de produção tiveram papel decisivo. Longe de representar atraso econômico ou resquício do passado, a empresa familiar rural foi o núcleo básico da própria modernização do campo nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Europa Continental.

Não há qualquer razão histórica que contribua para a visão dominante na América Latina, particularmente no Brasil, de que a agricultura familiar é sinônima de precariedade técnica, estagnação econômica e miséria social.

Gorgen e Stédille (1991), ao discutirem a Reforma Agrária no Brasil, afirmam que essa reforma é viável economicamente e necessária para o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Por isso, desenvolveram um trabalho de pesquisa, observação e acompanhamento direto da organização, da produção e da educação desenvolvidas em assentamentos de Reforma Agrária. Os dados mostram que as terras conquistadas pelos sem-terra, produzem infinitamente mais nas mãos dos trabalhadores do que nas mãos dos latifundiários, sendo que o problema social dos sem-terra diminui extraordinariamente.

Esses autores citam três experiências diferentes: no Rio Grande do Sul; no Espírito Santo e São Paulo; discutindo em seguida temas, como: um modelo para Reforma Agrária Social no Brasil; a educação das crianças nos assentamentos e acampamentos; o associativismo de produção na agricultura e a experiência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST] na cooperação agrícola.

Damasceno e Therrien (1993), ao discutir a Educação e Movimento Social no Campo, entendem que a realidade camponesa se expressa não apenas no espaço escolar, mas nas diversas formas de manifestação do movimento camponês. Reconhecem, ainda, que esses movimentos criam condições de produção e apropriação do saber objetivando uma compreensão mais adequada de sua realidade. Nesse contexto, a dimensão educativa aparece como importante objeto de investigação.

A análise da prática educativa embutida nos movimentos camponeses compreende um tecido vasto e rico que vem sendo investigado, o estudo do conjunto das ações que os camponeses desenvolvem para a construção de sua identidade como sujeitos coletivos, assim como o saber social gestado nas lutas cotidianas enfrentadas pelo campesinato.

As especificidades do trabalho, da cultura, da produção e da luta dos camponeses precisam ser levadas em consideração. As diferentes formas de organização social e política criam variadas visões de mundo nas quais há um rico tecido educativo sendo permanentemente elaborado de maneira dinâmica. Portanto, o ato de repensar a educação camponesa deve necessariamente ser mediado pelos interesses dos camponeses, especialmente por aqueles expressos pelos movimentos sociais no campo.

Muitos são os pesquisadores que se dedicam à questão da educação rural, especialmente na vertente que enfatiza a educação para a libertação e conscientização desses sujeitos. Ao mesmo tempo, as propostas de gestão alternativa estão muito presentes na condução das estratégias adotadas pelos movimentos sociais do campo, fazendo com que a multidisciplinaridade nas ações atraia profissionais de várias áreas, como das áreas rurais em geral (agrônomos, veterinários, etc), cientistas políticos, economistas, geógrafos, historiadores, ecologistas, etc.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra [MST], talvez o movimento popular de maior porte e organizado nacionalmente, tem produzido diversificados materiais de reflexão, sistematização das experiências e de discussão política no campo.

Stédille (Caldart, 1997, p. 25) afirma existir uma união necessária “entre a conquista da terra e a conquista da educação. Entendemos que a Reforma Agrária é a junção dessas duas conquistas: ter acesso à terra e ter acesso à escola, ao conhecimento, à educação”.

A preocupação com a educação sempre esteve presente no MST, uma vez que é a chave para a consciência de classe. Caldart (1997) afirma que os educadores e os formadores no MST “são todos aqueles que fazem a luta pela terra e pela Reforma Agrária, nas suas mais diversas dimensões, na perspectiva da formação da pessoa humana [histórica] e da formação da consciência de classe” (p. 15). Com estes ideais o MST, como movimento de luta social e como organização política de trabalhadores sem terra, luta pela educação de todos os envolvidos no processo de Reforma Agrária.

O MST possui muitas frentes de luta no setor educacional, uma de suas “bandeiras” é a alfabetização dos envolvidos no processo de Reforma Agrária. Em uma destas vertentes foi firmado um convênio de âmbito nacional para a Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos e Acampamentos Rurais da Reforma Agrária. O referido convênio instituiu um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária [PRONERA].

O PRONERA se propôs ser uma política pública específica do governo federal, cujo objetivo seria estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de educação nos assentamentos de reforma agrária. O PRONERA se propôs ser uma instância, que a partir do Gabinete do Ministério Extraordinário de Política Fundiária - MEPF

e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], articulou diferentes ações referentes às demandas por educação nos assentamentos de reforma agrária.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária se propôs a ser uma parceria estratégica entre o governo federal, as universidades e os movimentos sociais rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo de estímulo à educação, em todos os níveis, nos assentamentos de reforma agrária. Coube ao Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, com o apoio do Incra, do Ministério da Educação [MEC] e do Ministério do Trabalho [MTb] a iniciativa de articular essa parceria.

Outros parceiros fundamentais do PRONERA foram as Igrejas, Organizações não-Governamentais [ONGs] e Associações e Cooperativa de Produção. O objetivo central do PRONERA é o de fortalecer a educação nos assentamentos de reforma agrária, utilizando metodologias específicas para o campo, que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Os objetivos específicos são: 1) desenvolver um Projeto Nacional de educação de Jovens e Adultos [EJA], incluindo a formação e a escolarização; 2) oferecer formação continuada e escolarização (média e superior) aos educadores (as) do ensino fundamental; 3) oferecer formação técnico-profissional com ênfase nas áreas de produção e administração rural e 4) produzir materiais didáticos pedagógicos, em todas as áreas.

No âmbito nacional o PRONERA foi idealizado com o objetivo de promover a alfabetização de jovens e adultos e escolarização fundamental de 5.000 (cinco mil) monitores. Estes por sua vez alfabetizariam 100.000 (cem mil) assentados e acampados.

O projeto desenvolvido no Estado de São Paulo, decorrente desta proposta, foi uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]. O MST, no Brasil, enquanto movimento social organizado, tem como estratégia de sustentação teórica, dois pilares: a autogestão e a educação popular.

A proposta educacional desse movimento social tem como essência o trabalho como cultura, a partir da práxis autogestionária. No Estado de São Paulo o trabalho de alfabetização nos assentamentos e acampamentos rurais centrava-se em quatro regionais, por sugestão do MST, a saber: região do Pontal do Paranapanema e Municípios de Andradina, Itapeva e Promissão. A escolha dessas regiões se deu devido à concentração de assentamentos rurais do MST. Esse trabalho foi desenvolvido durante um período de dois anos iniciais do projeto.

Histórico

Em julho de 1997 foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária [Enera], resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio

à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da CNBB.

Os participantes concluíram ser necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação.

Em 2 de outubro do mesmo ano, representantes de universidades - Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - reuniram-se na UnB para discutir a participação das instituições de ensino superior no processo educacional nos assentamentos. Examinadas as possíveis linhas de ação, decidiu-se dar prioridade à questão do analfabetismo de jovens e adultos, sem ser excluído o apoio a outras alternativas. As razões para essa opção foram o alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A preferência do Ministério da Educação pela política de reforço do ensino regular - tendência verificada entre os dirigentes municipais de considerar os assentamentos áreas federais e, portanto, fora do âmbito de sua atuação.

Ao fim do encontro, foi eleito um grupo para coordenar a produção do processo de construção de um projeto educacional das instituições de ensino superior nos assentamentos. Foi elaborado um documento apresentado no III Fórum do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, nos dias 6 e 7 de novembro de 1997.

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária [PRONERA], vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações.

No ano de 2001, o Programa foi incorporado ao Incra. É editada a Portaria/Incra/nº 837, aprovando a edição de um novo Manual de Operações.

Em 2004, frente à necessidade de adequar o Pronera às diretrizes políticas do atual Governo, que prioriza a educação em todos os níveis como um direito social, foi elaborado o Manual de Operações, aprovado pela Portaria/Incra/Nº 282 de 16/4/2004.

Público alvo

O PRONERA tem como população participante jovens e adultos dos projetos de assentamento criados pelo Incra ou por órgãos estaduais de terras, desde que haja parceria formal entre o Incra e esses órgãos.

No caso da Educação de Jovens e Adultos [EJA] nas modalidades de alfabetização e escolaridade/ensino fundamental também podem participar todos os trabalhadores acampados e cadastrados pelo Incra. Para atender à demanda da EJA nos acampamentos, os projetos devem garantir a formação e a capacitação dos educadores.

A experiência inicial no Estado de São Paulo

A experiência inicial do PRONERA no Estado de São Paulo aconteceu a partir de um convênio entre o Ministério Extraordinário de Política Fundiária [MEPF], hoje denominado Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” [UNESP], mais especificamente com a Faculdade de Filosofia e Ciências [FFC] – Campus de Marília e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST/SP], no ano 1998/1999. O projeto foi realizado na área de Educação de Jovens e Adultos, iniciando pela Alfabetização.

O MST/SP determinou, de acordo com a demanda, quatro pólos para o desenvolvimento do projeto no Estado de São Paulo, a saber: Regionais de Pontal do Paranapanema; Andradina; Promissão e Itapeva. Em cada regional funcionou 10 (dez) salas de alfabetização.

De acordo com a estrutura organizacional proposta pelo PRONERA, houve um Coordenador Geral do Estado de São Paulo¹, que por sua vez, compunha também a Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA e cada regional teve um Coordenador Local, aluno da UNESP e bolsista do PRONERA, do Curso de Pedagogia ou de algum Curso de Licenciatura.

Houve também um Núcleo de Apoio Pedagógico composto por professores especialistas da FFC – UNESP – Marília, nas áreas de Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa², Matemática³, Ciências, História e Geografia.

O trabalho dos Coordenadores Locais consistia em:

¹ Professor Doutor Robinson Janes – Departamento de Administração e Supervisão Escolar – DASE, da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

² Professor Doutor Dagoberto Buim Arena – Departamento de Didática – Ddid, da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

³ Professor Doutor José Carlos Miguel – Departamento de Didática – Ddid, da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP.

Selecionar monitores/alfabetizadores em cada uma das regionais, em conjunto com líderes/Coordenadores Locais do MST/SP que tivessem condições de ministrar as aulas de alfabetização;

Desenvolver um trabalho de divulgação nos assentamentos e acampamentos rurais de cada região, para a formação das salas de aulas;

Determinar um local de funcionamento das salas de aulas, que garantisse um mínimo de infra-estrutura física. As salas funcionaram muitas vezes em escolas rurais ou mesmo em barracões improvisados ou construídos pelos assentados e no caso dos acampados, em barracos de lonas que muitas vezes só dispunham de luz de vela. Ainda vale frisar que no meio rural, normalmente as distâncias são grandes e as estradas precárias, sendo assim, assistimos muitos casos de trabalhadores rurais, que ao final da jornada de trabalho, que normalmente começa de madrugada, irem assistir aulas de bicicleta ou a cavalo, muitas vezes por mais de uma hora;

Desenvolver atividades de apoio pedagógico aos alfabetizadores(as) que incluíram desde formação até elaboração de materiais didáticos e técnicas de trabalho nas salas de aulas;

Visitas semanais às salas de aulas, para verificar in loco o desenvolvimento das atividades, tendo um contato pessoal com o conjunto de alfabetizandos(as);

Elaborar junto aos alfabetizadores(as) atividades de avaliações qualitativas/quantitativas;

Realizar relatórios semanais das atividades, além de participar de reuniões periódicas de planejamento junto ao Coordenador Geral do projeto e ao Núcleo de Apoio Pedagógico de professores especialistas nas várias metodologias de ensino;

Cabe ressaltar ainda que ao grupo de 4 (quatro) Coordenadores Locais, formou-se um núcleo de aproximadamente 20 (vinte) bolsistas de Iniciação Científica e outras bolsas similares, que desenvolveram várias pesquisas e atividades de apoio ao trabalho, cabendo destacar um trabalho de documentação desenvolvido por um aluno do Curso de Biblioteconomia, uma pesquisa sobre gênero entre as mulheres trabalhadoras rurais e a organização do “1º Encontro dos Sem-Terrinhas do Estado de São Paulo”.

Com relação ao Núcleo de Apoio Pedagógico composto por professores especialistas da FFC, UNESP, Campus de Marília, São Paulo, BR, nas áreas de Metodologias do Ensino da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, as atividades consistiam em cursos periódicos oferecidos ao conjunto dos envolvidos no projeto no Estado de São Paulo, ou seja, aos alfabetizadores(as), aos Coordenadores Locais da FFC, UNESP, Campus de Marília, São Paulo, BR, bem como ao Núcleo de bolsistas de apoio e aos

Coordenadores Locais e Geral do MST/SP. Cabe ressaltar que estes cursos aconteciam em finais de semana e em cada regional, num revezamento, onde o projeto se desenvolveu. Nestes momentos, os professores especialistas traziam à reflexão discussões “de ponta” sobre as metodologias de ensino referentes a cada área, para que o conjunto dos educadores pudessem se apropriar destas reflexões, assimilá-las e incorporá-las às atividades de planejamento cotidiano em salas de aulas.

Considerações Finais:

A fase inicial, de implantação, do PRONERA no Estado de São Paulo, envolvendo a dimensão EJA – Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, numa parceria entre MEPF a FFC, UNESP, Campus de Marília, São Paulo, BR, conseguiu envolver aproximadamente 800 (oitocentos) alfabetizandos(as), 40 (quarenta) alfabetizadores(as), além de toda a equipe de Coordenação, ocorreu de forma muito satisfatória, no entanto, houve uma interrupção, por atrasos na liberação de verbas do Governo Federal, através do MEPF, por quase todo o ano de 2.000.

Isto foi lamentável em termos de política pública, pois desmobilizou os quase 900 (novecentos) sujeitos envolvidos no trabalho, salientando que a mobilização de alfabetizandos(as) nas zonas rurais é muito mais difícil que nas zonas urbanas. No entanto, o Governo Federal considerou naquele momento que havia a necessidade de uma reestruturação do PRONERA, como houve, conforme documento publicado em 2010(Brasil, 2010).

Concluimos, afirmando que ações entre governo e movimento sociais do campo devem ser um dos pilares para a reforma no campo.

Referências bibliográficas

- Arroyo, M. G. (2004). Por um Tratamento Público da Educação do Campo. In Molina, M. C.; Jesus, S. M. S. A (Orgs). Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo. Coleção “Por uma Educação do Campo”, vol. 5, NEAD. Brasília.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário.(2010). Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil. Santos, C. A. de, Molina, M. C. de & Jesus, S. M. S. A. de (Orgs). Brasília.
- Caldart, R. S. (1997). Educação em movimento: formação de educadores e educadoras no MST. Petrópolis: Vozes.
- Caldart, R. S. (2008). Sobre Educação do Campo In: Santos, C. (Org.). Campo, Política Pública e Educação. (Coleção Por uma Educação do Campo). Brasília: NEAD.

Costa, A. C. M.. (2004). Os impactos do PRONERA no assentamento Reunidas: as relações entre universidade X Movimentos Sociais X Governo Federal. Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Brasil.

Gohn, M. G. (2006). Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos. (5a. ed.). São Paulo: Edições Loyola.

Gorgen, S. A. & Stédille, J. P. (Orgs). (1991). Assentamentos: a proposta econômica da reforma agrária. Rio de Janeiro: Vozes.

Janes, R. (2001). Educação de Jovens e Adultos no MST. Anais da VIII Jornada de Iniciação Científica do Campus de Marília, no período de 18 e 19/09/2001, promovida pela Comissão Permanente de Pesquisa.

Janes, R. (2000). A criação de uma Política Pública em Educação de Jovens e Adultos. Anais do II Encontro de Educação do Oeste Paulista, com o tema: “Políticas Públicas: diretrizes e necessidades da educação básica”. 29 a 31/08/2000, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP – Campus de Presidente Prudente, SP.

Martins, J, de S. (1989). Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo. São Paulo: Editora Hucitec.

Molina, M. C. (2003). A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasil.

Pronera. (1998) Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ministério Extraordinário de Política Fundiária – MEPF e Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília/DF, 1998.

Damasceno, M. N. & Therrien, J. (et all.). (1993). Educação e hegemonia: o trabalho e as práticas sócio-educativas no campo. (Relatório Técnico parcial de Pesquisa). Fortaleza: CNPq.